

## Estratégias da análise do comportamento para diminuição de atos agressivos contra transexuais no ambiente escolar

Strategies for the behavior analysis to reduce aggressive acts against transexuais in school

Estrategias de la conductua para reducir los actos agresivos contra las transexuales en lo colegio

Hayana Ramos de Matos Siqueira<sup>1</sup>, Vinicius Reis de Siqueira<sup>1</sup>

[1] Faculdades Integradas Norte do Paraná – UNOPAR – Cascavel/PR | **Título abreviado:** Diminuição de atos agressivos contra transexuais | **Endereço para correspondência:** Av. Rocha Pombo- Região do Lago – CEP 85816 540. Cascavel/PR | **Email:** hayanaramos@hotmail.com | **doi:** org/10.18761/VEEM.0079.out21

**Resumo:** O presente estudo buscou observar possíveis fontes aversivas para a população de transexuais dentro do ambiente escolar e, ao levantar tais fatores, propor formas para criar uma cultura de paz utilizando métodos/procedimentos embasados na Análise do Comportamento. A metodologia proposta para alcançar os objetivos lançados foi a revisão narrativa através de livros físicos e virtuais, informativos de sites governamentais e não-governamentais e artigos em sites fidedignos como SciELO e PePSIC. Os dados levantados apontaram que para uma possível diminuição (da frequência e/ou magnitude) de atos agressivos contra transexuais no ambiente escolar pode ser alcançado por meio da sua valorização como um fator que os tornem “positivamente visíveis”; levar os agentes punidores a discriminar as consequências negativas de suas práticas, buscando estimular a criação de um ambiente escolar de equidade.

**Palavras-chave:** transexualidade; transfobia; agressividade; educação; análise do comportamento.

**Abstract:** The present study sought to observe possible aversive sources for the population of transsexuals within the school environment, and by raising such factors to propose ways to create a culture of peace using methods / procedures based on Behavior Analysis. The proposed methodology to achieve the objective was the narrative review through physical and virtual books, information from governmental and non-governmental sites and articles on reliable sites like SciELO and PePSIC. The data collected show that for a possible decrease (in frequency and / or magnitude) of aggressive acts against transsexuals in the school environment, it may be achieved through the valorization of such population as a factor that makes them “positively visible”; lead punishing agents to discriminate against the negative consequences of their practices, seeking to stimulate the creation of an equitable school environment.

**Keywords:** transsexuality; transphobia; aggressiveness; education; behavior analysis.

**Resumen:** El presente estudio buscó observar posibles fuentes aversivas para la población de transexuales dentro del ámbito escolar, y levantando dichos factores para proponer formas de crear una cultura de paz utilizando métodos / procedimientos basados en la Análisis Conductual. La metodología propuesta para lograr los objetivos lanzados fue la revisión narrativa a través de libros físicos y virtuales, información de sitios gubernamentales y no gubernamentales, y artículos en sitios confiables como SciELO y PePSIC. Los datos recolectados muestran que para una posible disminución (en frecuencia y / o magnitud) de actos agresivos contra transexuales en el ámbito escolar, puede ser a través de su valorización como factor que los hace “positivamente visibles”; llevar a los agentes castigadores a discriminar las consecuencias negativas de sus prácticas, buscando estimular la creación de un ambiente escolar equitativo.

**Palabras clave:** transexualidad; transfobia; agresividad; educación; análisis conductual.

A educação escolar se encontra como um dos pilares para a formação do indivíduo, tanto em relação ao desenvolvimento econômico/social como em relação ao desenvolvimento cognitivo/individual. Além disso, está assegurada como um direito básico de todo cidadão, entretanto, algumas populações acabam por sofrerem agressões em tal instituição devido a sua identidade de gênero ser diferente da “normalidade”<sup>1</sup>.

A agressividade é concebida por Leite (1987) como um ato multifacetado, (composto por características topográficas, condições antecedentes e consequentes), podendo estar sob controle de diversos fatores (e.g. emocionais e ambientais) e influenciado por variáveis filogenéticas e ontogenéticas, tendo o potencial de ser instrumental (i.e., ter uma função), ou não. O ambiente escolar é concebido como somente mais um dos possíveis ambientes em que a emissão de tal comportamento é possível, devendo-se é claro levar em conta as características especiais da escola, as quais serão discutidas posteriormente.

Sobre a identidade de gênero é possível observar através de uma breve revisão bibliográfica que os primeiros estudos sobre as relações de gênero e seu lugar na sociedade foram voltadas às questões feministas e pautadas nas normas heterossexuais. Em trabalhos mais recentes (e.g. Butler, 2017), nota-se que a análise sobre o gênero não é tratada apenas de forma binária (macho-fêmea), mas também a partir da perspectiva de identidade de gênero<sup>2</sup>. Dentro dessa compreensão proposta pela

filósofa podemos incluir as identidades de gênero que são dissidentes da norma binária, tais como das travestis, mulheres transexuais e homens trans, i.e., pessoas cuja sua identidade de gênero difere do seu sexo biológico (Bento, 2006).

Por compreender que as identidades de gênero podem ser bastante diversas, e possuem grande amplitude e especificidades (como apresentado por Butler, 2017 e Monteiro, 2017, entre outros), neste artigo teremos como foco apenas as identidades de gênero das travestis, mulheres transexuais e homens trans a fim de delimitar nossa população de estudo. Além disso, ao nos referirmos a essa população utilizaremos a nomenclatura transexuais/transsexualidade, levando em conta o referencial disponibilizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) uma instituição reconhecida nacionalmente e construída por travestis e mulheres transexuais que lutam e discutem sobre questões pontuais e específicas (e.g. aspectos da mulher transexual versus do homem trans) que enfrentam, defendendo de tal forma, tal terminologia e diferenciação.

Retomando a discussão sobre a agressividade e identidade de gênero, em alguns trabalhos (e.g. Borrilho, 2010) encontramos o conceito de homofobia como um “termo guarda-chuva” – o qual engloba fenômenos como “gayfobia”; em relação aos homossexuais masculinos; “lesbofobia”, para o caso de mulheres homossexuais; “bifobia”, ao se tratar de bissexuais; e finalmente “travestifobia” ou “transfobia”; em relação às travestis ou às pessoas transexuais que sofrem tal hostilidade – devido às contingências envolvidas em tais respostas estarem intimamente ligadas a questões de gênero e sexualidade.

Buscando as primeiras utilizações da palavra “homofobia”, encontramos o trabalho de Weinberg (1972) como uma das primeiras tentativas de definir tal termo, classificando-o como um tipo de receio (*dread*) de estar com um homossexual em um espaço fechado, apontando em sua origem uma dimensão fóbica ao relacioná-la a uma apreensão psicológica de aversão e repulsa. A partir de tal trabalho,

através da emissão de determinados comportamentos, suas consequências produzem uma série de contingências que tem como função consolidar certos padrões comportamentais relacionados ao masculino ou feminino dentro de uma dada cultura/sociedade.

1 A ideia de “normalidade” (psicológica) esta intimamente ligada ao conceito de “doença”, as quais podem ser concebidas como constructos sociais edificados a partir de julgamentos morais de um dado lugar e tempo – para mais detalhes veja Silva, 2008

2 Sob a perspectiva da Análise do Comportamento, identidade de gênero pode ser concebido enquanto se referindo a experiências dentro da pele de discriminações relacionadas a padrões comportamentais masculinos, femininos ou de alguma combinação dos dois, acompanhado ou não de comportamentos e/ou vestimentas relacionados a estes constructos sociais (masculino/feminino), podendo ainda envolver, ou não, a modificação da aparência física através de meios médicos, cirúrgicos ou outros. Desta mesma forma, ao voltar-se à teoria da performatividade de Butler, tal processo pode ser concebido sob a ótica da Análise do Comportamento enquanto uma forma de aprendizagem vicariante (CATANIA, 1998), na qual

então se observa uma primeira dimensão pessoal e afetiva relacionada à rejeição de homossexuais.

Como apontado em Borrilho (2009), o preconceito frequentemente possui uma dimensão pessoal, de natureza afetiva que se mostra evidente na rejeição aos homossexuais, e uma dimensão cultural de natureza cognitiva, enquanto um resultado da formação social que reduz os indivíduos a estereótipos e os desumaniza. O referido autor critica a interpretação da homofobia enquanto um medo irracional, argumentando que se reduz a questão do preconceito a um nível individual, e se desconsidera toda a estrutura social/ambiental que determina a emergência de tal preconceito.

É reconhecida a rejeição social ao grupo das travestis, mulheres transexuais e homens trans na sociedade brasileira a partir de dados (que serão apresentados e discutidos posteriormente neste artigo) que informam sobre o grande número de agressões e óbitos sobre essa população. Compreende-se também diante de toda essa agressividade que são poucos os estudos que relacionam identidade de gênero e ambiente escolar, por isso a proposta deste estudo é de oferecer uma alternativa, utilizando-se do conhecimento da teoria Behaviorista, a fim diminuir tais números, a partir de um processo de discussão, no âmbito educacional, que busca promover um ambiente de equidade neste espaço, com a esperança de generalizar, posteriormente, tal virtude para sociedade geral.

Para alcançar essa proposta, primeiro examinaremos as possíveis fontes aversivas que o ambiente educacional pode provocar nas pessoas transexuais e com base nesses dados iremos sugerir, a partir da perspectiva analítico comportamental, formas de promover, como já mencionado, uma maior discussão e “naturalização” da transexualidade nas escolas.

A escolha por abordar o presente problema de pesquisa através de uma perspectiva comportamental origina-se da proposta skinneriana (1978) de repensar e planejar as práticas culturais<sup>3</sup> de modo a garantir a sobrevivência dos indivíduos e

da cultura. Tal proposta consiste essencialmente em promover contingências que valorizem a cooperação, a partir de organizações sociais baseadas no reforçamento – em oposição ao controle coercitivo predominante, cujas implicações negativas são bem descritas por Sidman (2009). Colocado de outra maneira, foi selecionada a perspectiva behaviorista devido a seu compromisso e ambição de construção de uma cultura e sociedade orientada por práticas que buscam melhorar a qualidade de vida e felicidade de seus membros, tal qual exemplificado na obra de Skinner, *Walden II* (1977).

Considerando-se a rejeição social como uma das possíveis causas das agressões que a população das travestis, mulheres transexuais e homens trans sofrem nos ambientes escolares, este estudo tem como objetivo levantar possíveis contribuições que a Análise do Comportamento, através de suas técnicas e noções teórico-conceituais, pode disponibilizar para uma maior inclusão dessa população no ambiente escolar, bem como incentivar e divulgar a interlocução entre a Análise do Comportamento e a diversidade de gênero.

Ao mencionar inclusão, no parágrafo anterior, busca-se referir ao verdadeiro processo de experienciar a diversidade humana no âmbito escolar, para além da dicotomia normal versus “especial”, encontrada em diversos modelos educacionais que se voltam às pessoas com deficiências e/ou transtornos biopsicológicos, mas sim aquela inclusão que é “voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças” (Mantoan, 2006, p. 14).

Considera-se como positivo o diálogo entre identidade de gênero, ambiente escolar e Análise do Comportamento, tendo em vista o que o behaviorismo propõe, no contexto educacional, uma análise das contingências dentro de tal ambiente. Este trabalho segue tal orientação ao buscar investigar possíveis variáveis relacionadas à agressividade contra a população das travestis, mulheres transexuais e homens trans nas instituições de ensino, com a intenção de sugerir modificações em tais variáveis a fim de construir um ambiente mais inclusivo e pacífico.

função a preparação de indivíduos a participação plena em sociedade.

3 De acordo com Skinner (1953/2003) “A educação é o estabelecimento de comportamentos que serão vantajosos para o indivíduo e para outros em algum tempo futuro” (p. 437), sendo desta forma concebido como uma agência controladora e modeladora de comportamentos através da organização de contingências de reforço e punição próprios que tem como

Os primeiros estudos sobre gênero são datados a partir de 1955, pelo professor John Money, que atuava na ala de Psicopediatria do Hospital Johns Hopkins. Nos seus trabalhos, Money estudava principalmente sobre cirurgia de definição de sexo em recém-nascidos, que eram denominados como hermafroditas nessa época. Foi a partir das suas descobertas em 1966, e com o anúncio da primeira cirurgia de mudança de sexo, que a expressão identidade de gênero foi pela primeira vez ligada à transexualidade (Bento, 2006).

Bento (2008) afirma que a transexualidade é percebida quando sujeitos “ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália” (p. 22), ou seja, quando uma pessoa nasce com um sexo biológico e se identifica e vive sua vida como sendo do gênero oposto a esse sexo biológico. Para exemplificar, a transexualidade feminina ocorre quando o indivíduo nasce com órgãos genitais masculinos, mas se identifica e vive sua vida como um indivíduo do gênero que é considerado socialmente como feminino, e para adequar seu corpo a esta identidade, pode ou não recorrer a terapias hormonais ou intervenções cirúrgicas.

Quando uma pessoa se identifica como transexual acaba rompendo com normas sociais que lhe são impostas ainda no nascimento, produzindo um movimento onde “[...] a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões” (Louro, 2018, p.16). A este modo de existir, durante muito tempo, foi infligida a dura pena da patologização, através da inclusão da transexualidade nos manuais de saúde como sendo um transtorno mental.

A patologização das identidades transexuais percorreu um longo caminho através da história da medicina e da psicologia, tendo como fundamentais autores o endocrinologista Harry Benjamin e o já citado psicólogo John Money. Estes foram os primeiros estudiosos a discutir a transexualidade a partir de uma ótica de intervenção terapêutica, sendo que o último propôs um tratamento através de adequações corporais para pessoas transexuais (Bento, 2006).

A partir dessa percepção foi constatada a importância de se criar um protocolo médico para atender a necessidade de adequação corporal das pessoas transexuais, ou seja, foi preciso inserir a transexualidade em um manual de saúde para

que as intervenções médicas tivessem condições de ser realizadas. Assim, na década de 1980, a fim de dar conta dessa demanda, a transexualidade foi inserida no Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM III) com o termo transexualismo (Arán, Murta e Lionço, 2009).

Mesmo que a função inicial da inclusão da transexualidade nos manuais de saúde tenha sido para fins de adequação corporal em relação à identidade de gênero, é notória a carga de estigma que essa classificação acabou englobando. Essa condição de patologia e discriminação impulsionou muitos movimentos sociais e organizações a advogarem a favor da despatologização dessa identidade de gênero, inclusive o Conselho Federal de Psicologia, através da Resolução N° 1, de 29 de Janeiro de 2018, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos a favor da luta contra o preconceito às pessoas transexuais e travestis<sup>4</sup>.

Essa luta de diversos movimentos em todo o mundo, com evidenciado protagonismo das organizações das travestis e transexuais, rendeu frutos e em 2019 a 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) foi oficializada. Entre as novidades da CID-11 está à realocação da transexualidade da classificação dos transtornos mentais para “condições relacionadas à saúde sexual” (CFP, 2019). A nova classificação da transexualidade na CID-11 parece ser uma possibilidade de um olhar mais humanizado para a população transexual na sociedade, pois retira do sujeito cisgênero – aquele que alinha seu sexo biológico ao gênero designado ao nascer – o poder sobre o sujeito transexual dentro das práticas psicológicas.

A conquista desse significativo direito não impede que essa população esteja vulnerável a diversos tipos de violência. De acordo com levantamen-

4 Considera-se interessante mencionar que a Resolução CPF n° 01/99, que determina que não cabe a profissionais da Psicologia no Brasil o oferecimento de qualquer tipo de prática de reversão sexual, uma vez que a homossexualidade não é patologia, doença ou desvio, foi alvo de litígio no Supremo Tribunal Federal (STF) por um grupo de psicólogos defensores da reversão sexual, sendo que em Janeiro de 2020 foi julgado favorável pelo STF a referida resolução, reafirmando a Psicologia brasileira como um instrumento de luta contra o sofrimento, preconceito e intolerância da exclusão.

to realizado pela ANTRA (2018), só no ano de 2017 foram mortas 179 pessoas transexuais, todas essas com requintes de crueldade. O relatório estima que esse número possa ser ainda maior, visto que não existem estatísticas oficiais, e muitas mulheres travestis e transexuais que ainda não retificaram o nome (mudança de prenome e gênero na certidão de nascimento) são enterradas com o nome de batismo, não entrando nas estatísticas. Tal realidade ilustra a condição de invisibilidade à qual essa população está exposta, já que até mesmo na morte lhe é negado o direito ao reconhecimento de sua identidade de gênero. Essas mortes são atribuídas ao preconceito de gênero que é nomeado como transfobia, onde a população transexual é morta através das formas mais violentas possíveis, apenas por serem transexuais (ANTRA, 2018).

Sobre a vulnerabilidade dessas pessoas, especificamente, no ambiente escolar, foi realizado um estudo com 1.016 alunos escutados pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABGLT), em 2016, o qual apresentou que 68% dos estudantes entrevistados que declaravam possuir identidade de gênero transexual já sofreram algum tipo de violência (verbal e/ou outra) no ambiente escolar, demonstrando desta forma a hostilidade que o ambiente escolar pode apresentar a alguém que não se identifica como cisgênero.

O estudo acima referido pode ser corroborado por outras pesquisas, como a de Abramovay e colaboradores (2009), com uma amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores, que indica uma substancial (63,1%) incidência de atos preconceituosos no ambiente escolar; bem como o trabalho de Mazzon (2009), com uma amostra de 18,5 mil participantes, entre estudantes, responsáveis e equipe pedagógica, que retratou a existência de sentimentos preconceituosos contra aqueles que possuem uma orientação sexual que difere da heteronormatividade<sup>5</sup> em 87,3% dos entrevistados.

A alarmante realidade à qual os estudantes homossexuais e transexuais estão submetidos poderia ser diferente. No ano de 2004 o governo federal

instituiu o programa Brasil sem Homofobia (BSH), que teve como pretensão a garantia dos direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) nos diversos âmbitos, como segurança, saúde, educação, cultura e trabalho. As ações direcionadas à educação previam, entre outras pautas, a formação inicial e continuada de professores para tratar de temáticas relacionadas ao segmento LGBT e produção de materiais educativos sobre o tema.

O referido programa foi interrompido no ano de 2011 através da pressão do Movimento Escola Sem Partido (MESP). Uma grande parcela das pessoas que compõem esse movimento é de pessoas conservadoras e a pouca discussão que estava surgindo sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas foi nomeada pelos integrantes do MESP como “ideologia de gênero” – termo aviltante, que não se enquadra nos estudos sobre desigualdades de gênero ou identidade de gênero. A justificativa para acabar com o BSH foi a acusação de que os materiais disponibilizados pelo programa eram uma “espécie de *kit gay* responsável por converter estudantes em homossexuais e por transformar o estudo do gênero em um laboratório de perversão nas escolas” (Santos e col., 2021, p. 5).

A partir desse impedimento causado pelo MESP tornou-se notória a dificuldade de tratar temáticas relacionadas à sexualidade e identidade de gênero nas escolas. Provavelmente, por não ser mais parte do currículo escolar, esse assunto seja considerado complexo de ser debatido, como discute Braga (2012):

Ausentes do discurso como sujeitos cujas histórias interessam politicamente e restritas às representações naturalizadas que circulam nos meios sociais e que são facilmente incorporadas, as experiências transexuais figuram no currículo escolar como algo inexistente ou sem valor, cujo vínculo à “categoria humana” se dá, quase exclusivamente, pela ideia de algo que a transgride (Braga, 2012, p. 09).

Perante o exposto é possível considerar que as ações do MESP contribuíram para a situação de “invisibilidade” da população transexual nos currículos escolares, inclusive, no que diz respeito à pre-

5 Heteronormatividade se refere a uma suposta norma cultural que organiza a sexualidade a partir de uma lógica heterossexual que se pressupõe “normal” (BENTO, 2008).

paração dos professores em relação à diversidade sexual e de gênero. Um estudo realizado em todo território nacional verificou que das 1.076 grades curriculares dos cursos de pedagogia, nenhuma delas incorpora qualquer disciplina que trate sobre a transexualidade (Grossi e col., 2017).

Esse mesmo estudo levanta uma preocupação quanto à falta de preparo dos professores, que pode influenciar negativamente o desempenho e desenvolvimento de alunos transexuais. Os autores discutem que quando o professor apresenta comportamentos de

[...] preconceito e a incompreensão a respeito da transexualidade, alimenta agressões intencionais, verbais ou físicas, resultando em consequências negativas para o processo de ensino e de aprendizagem de alunos transexuais, que acabam se sentindo excluídos e desmotivados, interrompendo, muitas vezes, o seu processo escolar. (Grossi e col., 2017, p. 184).

A partir do que foi apresentado pode-se levantar a hipótese do quão importante um professor é, não só no processo de ensino aprendizagem de um aluno transexual, mas também no acolhimento desse aluno, e no entendimento do que é a transexualidade. Tendo em vista que o ambiente escolar pode ser uma das agências capazes de erradicar discriminações, e possíveis atos agressivos decorrentes, que acontecem devido ao preconceito relacionado à sexualidade e gênero, o professor pode ser um dos atores responsáveis pela superação de tais ocorrências.

A análise do comportamento é uma abordagem psicológica voltada ao estudo, previsão e controle do comportamento humano, oferecendo ao campo da educação um modelo que tem como sua maior característica a busca ativa e sistemática por variáveis que interferem no processo de ensino-aprendizagem, considerando como essencial a instrumentalização do professor/educador em tal processo a partir de teorias, técnicas e tecnologias que visam potencializar, de forma efetiva (i.e., demonstrada por evidências), a prática educacional, por meio da manipulação direta das contingências (Oliveira, Pullin & Rufini, 2014).

Tratando-se das responsabilidades do professor, a partir de uma perspectiva comportamental,

nos processos de ensino-aprendizagem dos alunos, Pereira e col. (2004) esclarecem que o professor precisa ter um compromisso em criar ambientes adequados e estimulantes<sup>6</sup> para o referido processo. O mesmo texto comenta ainda que, na grande maioria das vezes, é atribuído ao aluno o fracasso em relação ao seu desempenho e rendimento. Entretanto, foi verificado que existem outros fatores responsáveis pelo sucesso ou fracasso da aprendizagem, como os currículos escolares, que em sua maioria são criados com padrões únicos e não levam em conta as peculiaridades e diversidade de toda a população que é trabalhada.

A fim de salientar a importância do currículo escolar no processo de ensino-aprendizagem, a partir da perspectiva da análise do comportamento, Zanotto (2004, p. 36) julga que:

[...] a educação, de modo diferente de outras agências, se institui como uma instituição social que requer de seus agentes, de modo especial os professores, o domínio de um vasto conjunto de conhecimentos científicos sobre o mundo físico e social e sobre o comportamento humano, de modo a responder pelo ensino formal e sistemático de modo eficiente.

A visão que a análise do comportamento tem perante a educação é a de que ela é uma agência capaz de “construir uma cultura com maiores chances de sobrevivência e lidar de modo eficiente com o controle exercido pelas demais agências” (Zanotto, 2004, p. 36). Consequentemente, a construção e permanência dessa cultura só poderão ser efetivas se o principal agente da educação, que é o professor, estiver capacitado e tenha referências daquilo que é considerado relevante para o futuro da sociedade.

6 É interessante notar que a ideia de “estimulante” em um contexto de ensino-aprendizagem é compreendido de uma maneira particular para a Análise do Comportamento (diferente de outras abordagens e do senso comum), o qual advém de uma combinação dos verbetes “estímulo”, “ensinar” e “aprendizagem”, descritos por Júnior e de Souza (2006), que pode ser concebido como um conjunto de eventos relacionados com a ocorrência de uma resposta, que busca ser adicionada no repertório do organismo através de um arranjo de contingências de reforço.

Ao verificar que a educação, a partir do olhar da análise do comportamento, em grande parte, depende da capacitação e perspectiva do professor, pode-se prosseguir com a discussão sobre outro fator importante no processo de ensino-aprendizagem do aluno: o currículo escolar.

A partir de uma breve revisão bibliográfica, é possível se constatar que no decorrer da história da educação o currículo escolar sempre funcionou como um aparelho pedagógico com a finalidade de distribuição de saberes. Braga (2012, p. 10), a respeito do exposto anteriormente, destaca que “o currículo pode ser visto como um mecanismo e um instrumento de poder no qual se produzem regras e padrões de verdade para guiar e governar os sujeitos”. Outra característica do currículo escolar discutida pela autora é a sua capacidade de garantir a manutenção da ordem e de constantemente reproduzir padrões a serem seguidos, sendo notado que tudo que destoia desse padrão – como a transexualidade – pode vir a ser considerado como inferior.

Dessa forma, tendo notado a importância da capacitação dos professores e do currículo escolar relacionado à habilidade de guiar sujeitos através da organização de contingências por meio de reforços e punições próprios, faz sentido debater quais seriam as possibilidades de inclusão da discussão sobre transexualidade através das técnicas e conhecimentos oferecidos pela Análise Experimental do Comportamento.

## Método

O método adotado para responder à questão levantada por este estudo, a qual pode ser traduzida como “pode, teoricamente, a Análise do Comportamento contribuir para criar um ambiente escolar inclusivo e de paz para uma população discriminada de transexuais?” foi a revisão narrativa. Popey et al (2006) definem uma revisão narrativa como um método que busca extrair informações de pesquisas individuais e diversas, a fim de interpreta-las e sintetizá-las em uma resposta a pergunta lançada por um dado estudo.

De acordo com Popey et al (2006), a revisão narrativa surge como uma proposta alternativa as revisões sistemáticas ou estatísticas (quantitati-

vas), ao observar fraquezas em tal metodologia por estreitar o foco de uma revisão (e.g. por somente um banco de dados, ou determinados anos de publicações), e assim perdendo-se uma cobertura mais abrangente dos dados, como na compreensão histórica envolvendo o desenvolvimento de princípios científicos ou constructos psicológicos. Os mesmos autores reconhecem as possíveis fraquezas deste método ao apontarem que durante uma revisão narrativa, não é expressa claramente todos os passos ou regras que foram seguidas a fim de se selecionar os dados, mas ainda assim observam valor em tal procedimento ao se discutir políticas e práticas sociais que necessitam ser implementadas ou interrompidas ao apresentá-las em uma narrativa compreensível e confiável.

De tal forma, foram utilizadas fontes reconhecidas e relevantes ao tema proposto, através da busca, análise, descrição e síntese de materiais e livros físicos e virtuais, informativos de sites governamentais e não-governamentais, por meio de artigos em sites fidedignos, como o SciELO, PePSIC, entre outros, favorecendo-se as publicações dos últimos dez anos. Para a busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave: transexualidade, transfobia, agressividade, educação, e análise do comportamento.

## Resultados e discussão

Após uma revisão nos principais sites de buscas, SciELO e PePSIC, foi encontrado um grande número de pesquisas relacionadas aos temas agressividade, educação e análise do comportamento, todavia, ao examinar os termos transexualidade e transfobia foram encontrados poucos resultados, devendo ser notado que não houve retorno para todos os termos em conjunto. De tal forma, houve a necessidade de se realizar uma busca por outros materiais considerados como relevantes, sendo localizadas 10 referências em outras revistas não indexadas a SciELO e PePSIC.

Se os termos transexualidade e transfobia estão distantes das pesquisas científicas é perceptível sua incidência nas buscas de notícias relacionadas à violência, como é possível perceber nas manchetes a seguir: “Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil”

(Agência Brasil, 2018); “Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo” (G1 online, 2017); “Violência crescente contra pessoas trans em 2018” (ANTRA, 2018). É a posição de tais matérias jornalísticas que existe uma relação direta entre estes atos violentos contra transexuais e o estigma, preconceito e rejeição social da sociedade contemporânea para com esta população.

A hipótese lançada pelas matérias jornalísticas mencionadas acima são corroboradas por meta-análises (e.g. Schütz & Six, 1996; Talaska, Fiske, & Chaiken, 2008) que indicam que sentimentos preconceituosos podem prever comportamentos discriminatórios (que podem ser conceptualizados como agressivos), demonstrando assim a ligação entre os dois conceitos, e a importância de compreendê-los a fim de lutar contra os possíveis efeitos negativos da discriminação social.

A análise do comportamento se apresenta como uma abordagem com grandes possibilidades para a superação de problemas sociais (e.g. Guerin, 2005; Guerin, 2003; Mattaini & Thyer, 1996), apesar de (comparativamente as pesquisas básicas, por exemplo) não existirem muitos estudos que aplicam os princípios do behaviorismo a fim de diminuir dilemas sociais. Este estudo, portanto, pretende ressaltar a potencialidade da Análise do Comportamento para lidar com questões sociais, como é o caso da transfobia.

Autores como Braga (2012) e Grossi e col. (2017), apontam que o tema da transexualidade não é discutido nos currículos escolares. Argumenta-se nestes textos que o fato de o tema da diversidade de gênero não ser abordado no ambiente escolar pode apontar para uma rejeição social/ideológica contra a população transexual (entre outras), ao não reconhecer suas especificidades e identidade, e assim sustentar um espaço de intolerância e invisibilidade, o qual pode consequentemente conduzir a atos discriminatórios.

A inferência sugerida no parágrafo anterior quanto à “invisibilidade” do tema da transexualidade no ambiente escolar estar ligada ao preconceito e discriminação, deriva do raciocínio de que, indiretamente, ao não se discutir sobre a diversidade, propaga-se uma “normalidade”, que exclui e/ou segrega, a partir da diferenciação do “outro” que foge de tal normatividade. Colocado de outra forma, ar-

gumenta-se que a “neutralidade” (isto é, o procurar não “dirigir” a discussão – no caso sobre o tema da diversidade de gênero) se torna, de fato, um ato de omissão, ao desconsiderar e não abordar a violência sofrida pela população transexual no ambiente escolar (como já apresentado pela ABGLT, 2016).

Após ter sido levantadas possíveis variáveis relacionadas a atos de violência que a população transexual pode vir a sofrer no interior da escola, busca-se apresentar alternativas desta relação transexual-escola, a partir da perspectiva da análise do comportamento.

Primeiramente, deve-se compreender que o behaviorismo é uma filosofia voltada para a relação entre ambiente e organismo, ou seja, como esse organismo comporta-se em diferentes contextos (Baum, 2006). O contexto que o presente trabalho explora é o ambiente escolar e a classe de respostas que a população transexual emite diante da invisibilidade e violência que ela sofre neste ambiente.

Servindo como base o trabalho de Fazzano (2014), que lidou com comportamentos de homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento, considera-se relevante utilizar a *rationale* da referida dissertação, uma vez que, apesar de serem populações distintas em diversos fatores, ambas (homossexuais e transexuais) são alvos de comportamentos “fóbicos” e discriminatórios.

Foi colocado fóbico entre aspas no parágrafo anterior, pois a homofobia pode ser concebida como um medo irracional contra o homossexual, tal como uma intolerância a diferenças sexuais estabelecidas por uma norma qualquer. Todavia, com o passar dos anos, tal conceito foi substituído por uma compreensão que indica o preconceito anti-homossexual enquanto uma série de emoções negativas, atitudes e comportamentos em relação a comunidade LGBT. Diversos autores discutiram a necessidade de se redefinir a homofobia como heterossexismo, buscando incorporar as ramificações ubíquas do ambiente social que estabelece um valor superior à heterossexualidade, preferindo-se o termo heterossexismo à homofobia, todavia ambas as denominações são utilizadas para refletir com certo grau precisão a ideia de uma visão de mundo que valoriza a heterossexualidade em detrimento a homossexualidade e tudo mais que não é heterossexual (Ritter & Terndrup, 2002).

De acordo com Fazzano (2014), a homofobia pode ser conceptualizada como “[...] uma classe de respostas com as mais diversas topografias, tais como bater, insultar, torturar, espancar, excluir, discriminar, entre outras (p. 33)”, e que é reforçada negativamente, i.e., pela retirada de estímulos (no caso do estudo de Fazzano, os homossexuais) considerados como aversivos pelos agressores, podendo-se facilmente generalizar tal explicação para a transfobia.

Seguindo a *rationale* de Fazzano (2014), a transfobia pode ser concebida enquanto um comportamento de um indivíduo que tem como função a remoção da pessoa transexual (percebida como estímulo aversivo) de seu ambiente através de comportamentos agressivos/discriminatórios, podendo de tal forma ser compreendido como pertencente a um repertório que busca a exclusão ou de negação do “outro”.

Outra hipótese levantada pelo referido estudo, e que devemos levar em consideração, é de que o comportamento “fóbico” (outra forma de heterossexismo contra a população transexual) pode ter se originado através de modelos que são reforçados no seio familiar ou em instituições religiosas que tratam sexualidade e identidade de gênero divergentes da norma heterossexual como inaceitáveis (Fazzano, 2014). Tal *rationale* levanta assim a suposição que provavelmente uma pessoa que emite comportamentos agressivos contra transexuais passou por um processo de aprendizagem, ou seja, tal repertório foi desenvolvido a partir de interações verbais e não verbais com seu ambiente sócio-cultural.

Deve ser comentado também que as consequências da transfobia podem ser concebidas como formas de punição, a qual é definida por Skinner (1953/2003, p. 199) como “[...] a intenção de reduzir tendências de se comportar de certa maneira”. Dessa forma, levanta-se a hipótese de que um dos intuitos do agressor é de fazer com que a vítima não emita comportamentos que este avalia como indesejados. A vítima, por sua vez, na tentativa de evitar que essa agressão ocorra novamente, pode, na presença do punidor, diminuir a frequência de comportamentos que foram alvo de agressão; evitar ir ao local onde ocorreu a agressão (o que pode levar à evasão escolar); podendo até mesmo apresentar reações emocionais adversas na presença de outros

indivíduos que possuam algumas das características do punidor (evento de generalização). Deve-se notar ainda que o ambiente escolar é concebido como mais um, entre vários outros ambientes, em que comportamentos punitivos possam vir a ocorrer contra a população transexual.

Levando em consideração as hipóteses apresentadas na análise enquanto variáveis envolvidas na transfobia, passaremos agora a apresentar algumas possibilidades de intervenção baseadas na perspectiva da análise do comportamento a fim de “incluir” a população das travestis, mulheres transexuais e homens trans no ambiente escolar.

Para que os professores tratem sobre identidade de gênero nas escolas, considera-se necessário incluir capacitações e também materiais sobre o tema a estes profissionais, podendo tal processo ocorrer durante a graduação, ou após esta, levando em conta a aprendizagem contínua dos professores como um processo íntimo e permanente, uma vez que, como Paulo Freire (1997) muito bem colocou:

A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (pg. 20).

Ao mencionar a perspectiva de Freire, é possível, a partir de trabalhos como o de Fazzi & Cirin (2003), relacioná-lo a Análise do Comportamento, e apontar semelhanças na concepção do professor enquanto transformador, não somente em nível individual (do estudante), mas potencialmente em nível social. Considera-se este profissional enquanto um agente de superação de discriminações culturais, devendo a ação pedagógica e a preparação do estudante para a sociedade, serem embasadas em pressupostos éticos que levem a uma leitura mais rigorosa e sistemática do mundo. Tais pressupostos devem considerar a liberdade (da qual se inclui a liberdade de expressão da identidade de gênero e sexualidade) um tema importante a ser desenvolvido no ambiente escolar, a fim de se alcançar uma visão crítica do mundo.

Deve-se salientar, no entanto, o comentário de Auad (1999, p. 27), de que “Pensar a escola como onipotente significa tomá-la como a única instituição social responsável pela transformação da sociedade [...]” e a escola deve ser parte dessa transformação, não a única responsável por tal ato. Considera-se que o Estado possui uma responsabilidade civil de promover políticas públicas e discussões sobre sexualidade e identidade de gênero de forma geral, uma vez que a proposta de equidade, fundamentada pelo Artigo 212, §3º, da Constituição Federal (1988), nos leva à premissa, considerada necessariamente evidente e verdadeira, de lidar de forma adequada, concreta e justa com uma parcela da população (no caso a transexual) que é tratada diferencialmente.

A análise do comportamento considera o comportamento como multideterminado (analisando variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais). Ao tratar de aspectos culturais, Glen (1986) sugeriu o conceito de metacontingências enquanto um constructo interessante a fim de analisar as práticas culturais, abrindo assim um campo/espço para estudar e lidar com tal aspecto. A cultura de acordo com a autora já mencionada exerce um papel importante na formação de valores e identidades através de reforçadores sociais. Consequentemente, a partir de tal perspectiva, considera-se que ações no ambiente escolar que busquem valorizar/respeitar a diferença podem vir a ser uma estratégia interessante na busca pela luta contra o preconceito que pode ter sido instaurado por reforçadores sociais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008) é um bom exemplo de ação que vai ao encontro da valorização das diferenças no ambiente escolar. Essa política pública visa a inclusão de alunos com deficiências no ensino regular, uma prática que altera a situação de exclusão escolar a que essa população era submetida. Para que a aplicação dessa política fosse possível, a escola foi pensada a partir de uma perspectiva ampla que, entre outras coisas, busca se organizar através da formação continuada dos seus servidores e também a organização de redes de apoio.

Com objetivo semelhante é possível citar o experimento realizado por Del Prette e col. (2012), que utilizou a técnica de contar histórias, especificamente a história *Já pensou se todo mundo torcesse*

*pelo mesmo time?* para promover em alunos do ensino fundamental uma noção de tolerância e respeito em relação as diferentes torcidas de futebol. Os autores avaliaram que a intervenção aplicada forneceu as crianças uma visão mais positiva em relação ao time adversário, pois a história girava em torno da valorização e respeito as diferenças. Além dessa avaliação, os autores comentam que essa atividade poderia ser aplicada em diferentes contextos, sendo perceptível que com as devidas adaptações poderia ser um instrumento valioso para promover discussões acerca da transexualidade nas escolas e possivelmente promover uma visibilidade positiva das pessoas transexuais nesse ambiente.

Outra prática possível de ser executada é através do uso da análise funcional (Kohlenberg; Tsai & Kohlenberg, 1996) junto aos “agressores” (os punidores a partir de uma análise funcional dos atos transfóbicos), levando estes a discriminar os efeitos de seus atos, na esperança de se construir uma sociedade mais empática, ao esperar que o reconhecimento que tais efeitos negativos sobre as “vítimas” possam servir de base, não somente intelectual, mas também afetiva, a fim de modificar seus comportamentos – semelhante aos trabalhos de Del Prette e Del Prette (1999, 2001, 2003, 2010), Pavarino, Del Prette e Del Prette (2005), entre outros.

A ideia por trás da prática anteriormente sugerida parte do pressuposto lançado por Hannah Arendt (Andrade, 2010) para a qual a “maldade” pode ser nada mais do que uma falta de “pensar” criticamente sobre seus atos<sup>7</sup>, naturalizando uma forma única de existir no mundo (como, por exemplo, a concepção de existir somente uma forma binária de conceber o gênero dos indivíduos), estimulando-se assim enquanto alternativa uma visão ligada ao valor e dignidade humana. A proposta aqui é conceber a instituição escolar enquanto uma agência que pode desenvolver habilidades de se relacionar mais pacíficos, “humanos” e criativos a fim de lidar e superar a violência e a exclusão dentro e fora de seu contexto.

7 Deve ser salientado que a “ignorância” pode ser também o resultado de um processo excludente, e não um estado original e neutro, isto é, a “ignorância” pode ser produzida por um tipo particular de concepção e/ou ideologia, a qual busca ativamente desconsiderar idiosincrasias que fogem de uma norma e/ou padrão estabelecido socialmente.

A oferta de um processo de discriminação relacional poderia estabelecer novos estímulos discriminativos com os “agressores”, a qual pode ser realizada operacionalmente de forma gradual em sala de aula (após o devido treinamento), de maneira que a “diferença” possa ser lidada de outra forma, i.e. não como algo alheio e a ser evitado, mas re-contextualizando o conceito de diferença enquanto processo inerente à constituição do “self” (tal como concebido por Kohlenberg e Tsai, 1991), e de tal forma desestabilizar conceitos referentes à “naturalização da superioridade masculina caucasiana”, observando-os enquanto constructos sociais que servem uma função dentro de uma sociedade – análise metacontigencial.

## Conclusão

Um dos pontos e objetivos lançados por este estudo foi notar como o behaviorismo poderia contribuir para analisar e lidar com a demanda de violência e rejeição à qual as travestis, mulheres transexuais e homens trans podem sofrer no ambiente escolar, a partir desse pressuposto, foi levantado e sugerido o uso de tal perspectiva (comportamental) devido a sua característica de lidar objetiva e eficazmente com os mais diversos temas, apoiando-se em sua sistematização prática e teórica a fim de ultrapassar preconceitos sobre tal assunto – notando-se o preconceito como o verdadeiro causador do mal-estar para com esta população.

Nesse estudo foram levantadas apenas algumas alternativas para inclusão da população transexual no ambiente escolar, se fazendo necessárias pesquisas mais amplas e exploratórias sobre a temática de forma empírica. Considera-se relevante salientar, novamente, que apesar do foco da pesquisa ser o ambiente escolar, não é responsabilidade apenas da escola o processo de uma “verdadeira inclusão”, considerando ser dever de o estado investir em políticas públicas sobre diversidade sexual e de gênero, bem como o dever de cada cidadão respeitar as subjetividades do outro.

## Referências

- Abramovay, M. (coord.); Cunha, A.; Calaf, P. (2009). *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.
- Andrade, M. (2010). A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação*, 15(43),109-125. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100008>.
- Arán, M. & Murta, D. (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19(1), 15-41.
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Secretaria de Educação. (2016). *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2018) *Violência crescente contra pessoas trans em 2018*. Recuperado a partir de <https://antra-brasil.org/2018/03/29/violencia-crescente-contrapessoas-trans-em-2018/>.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2018) *Mapa dos Assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Brasil.
- Auad, D. (1999) Gêneros nos parâmetros curriculares In: Faria, N., Nobre, M., Auad, D & Carvalho, M. (Orgs.). *Gênero e educação*. (pp. 25-38). São Paulo: SOF.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. (2a ed.). M. T. A. S. (Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade de gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B. A. de M. (2008). *O que é transexualidade?*. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).

- Borrillo, D. (2009). A Homofobia. Em T. Lionço, & D. Diniz (Orgs). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp.15-46). Brasília: Letras Livres EdUnB.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Braga, D. S. (2012). A experiência transexual: estigma, estereótipo e desqualificação social no intramuros da escola. *Revista de Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da FEBF/UERJ*, 4(1), 5-24. doi: 10.12957/periferia.2012.8412
- Butler, J. P. (2017). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (15a ed.) R. Aguiar (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Sujeito e História).
- Catania, C. A. (1998). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: ArtMed.
- Conselho Federal De Psicologia (2019). *Transexualidade não é transtorno mental*, oficializa OMS. Recuperado a partir de <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>.
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília : Ministério da Saúde.
- Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (1999). *Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem: Questões Conceituais, Avaliação e Intervenção*. Campinas: Alínea.
- \_\_\_\_\_. (2010). Habilidades sociais e análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades. *Revista Perspectiva* 1 (2) 104-115.
- Del Prette, Z. A. P, Domeniconi, C., Amaro, L., Benitez, P., Laurenti, A., Del Prette, Almir. (2012). Tolerância e respeito às diferenças: efeitos de uma atividade educativa na escola. *Psicologia: teoria e prática* 14 (1) 168-182.
- Fazzano, L. H. (2014). *Análise do fenômeno da homofobia: identificando contingências envolvidas* (Dissertação Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Psicologia, Londrina.
- Fazzi, E. & Cirino, S. D. (2003). A Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire e uma possível aproximação com a proposta de B. F. Skinner. In H. M. Sadi & N. Castro (Eds.). *Ciência do Comportamento: conhecer e avançar*. (3a ed). (pp. 11 – 16). Santo André: ESETEC.
- Filip-Crawford, G., & Neuberg, S.L. (2016). Homosexuality and pro-gay ideology as pathogens? Implications of a disease-spread lay model for understanding anti-gay behaviors. *Personality and Social Psychology Review*. doi : 10.1177/1088868315601613.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia do oprimido*. (24a ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- G1 online. (2017). *Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo*. Recuperado a partir <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/04/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais-no-mundo-diz-pesquisa.html>.
- Glenn, S. S. (1986, november). Metacontingencies in Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action*, 1(2), 2-8. doi: 10.1007/BF03406059
- Grossi, M. G. R., Oliveira, E. S. & Silva, L. C. (2017, julho-dezembro). Transexualidade na formação do professor da educação básica: desvelando a realidade brasileira. *Revista Humanidades, Fortaleza*, 32(2), 180-192. doi: <https://doi.org/10.5020/23180714.2017.32.2.180-192>
- Guerin, B. (2003). Combating prejudice and racism: New interventions from a functional analysis of racist language. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 13, 29–45. doi: 10.1002/casp.699
- Guerin, B. (2005). Combating everyday racial discrimination without assuming racists or racism: New intervention ideas from a contextual analysis. *Behavior and Social Issues*, 14, 46-70. doi: <https://doi.org/10.5210/bsi.v14i1.120>
- Júnior, R. R. T., & de Souza, M. A. O. (2006). *Vocabulário de análise do comportamento: um manual para consulta para termos usados na*

- área. Santo André: ESETec Editores Associados.
- Kohlenberg, R. J, & Tsai, M. (1991). *Psicoterapia Analítica Funcional: Criando relações terapêuticas intensas e curativas*. R.R. Kerbauy (Trad.). Santo André, SP: ESETec.
- Kohlenberg, R. J., Tsai, M. & Kohlenberg, B. (1996). Functional analysis in behavior therapy. In: Hersen, M, Eisler, R & Miller, P. (Orgs.), *Progress in behavior analysis*. (pp. 1-24.). New York: Brooks.
- Leite, S. A. S. (1987). Agressividade. In: Conselho Regional de Psicologia da Região 06 e Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. *Psicologia no Ensino de 2º Grau: Uma proposta emancipadora*. São Paulo: EDICON.
- Louro, G. L. (2018). *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Mantoan, M. T. E. (2006). *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?* (2a ed). São Paulo: Moderna.
- Mattaini, M. A. & Thyer, B. A. (Eds.). (1996). *Finding solutions to social problems: Behavioral strategies for change*. Washington: American Psychological Association.
- Martins, H. (2018, janeiro). Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil. *Agência Brasil*. Recuperado a partir de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>.
- Mazzon, J. A. (Coord.). (2009). *Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
- Monteiro, L. O. (2017). Performatividades e o existir a partir do (não) gênero. *Revista Três Pontos: revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFMG*. 13(1) 61-66. Belo Horizonte: Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero.
- Neuberg, S. L., Smith, D. M., & Asher, T. (2000). Why people stigmatize: Toward a biocultural framework. In T. F. Heatherton, R. E. Kleck, M. R. Hebl, & J. G. Hull (Eds.), *The social psychology of stigma* (pp. 31–61). New York: Guilford Press.
- Oliveira, K. L. de, Pullin, E. M. M. P. & Rufini, S. E. (2014). Psicologia e educação: contribuições do behaviorismo e do cognitivismo para a ação docente. In: Haydu, V. B., Fornazari, S. A. & Estanislau, C. R. (Orgs.). *Psicologia e análise do comportamento: conceituações e aplicações à educação, organizações, saúde e clínica*. (pp.199-222). Londrina: UEL.
- Pavarino, M. G; Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2005). O desenvolvimento da empatia como prevenção da agressividade na infância. *PSICO*, 36(2), 127–134.
- Pereira, M. E. M., Marinotti, M. & Luna, S. V. de (2004). O compromisso do professor com a aprendizagem do aluno: contribuições da análise do comportamento. In: Hübner, M. M. C. & Marinotti, M. (Orgs.). *Análise do comportamento para educação: contribuições recentes*. (pp. 11-32). São Paulo: ESETec Editores Associados.
- Pirlott, A.G., & Neuberg, S.L. (2014). Sexual prejudice: Avoiding unwanted sexual interest? *Social Psychological and Personality Science*, 5, 92-101. doi : 10.1177/1948550613486674.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). *Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008*. Brasília: MEC. Recuperado a partir de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>.
- Popay, J. & Roberts, H. & Sowden, A. & Petticrew, M. & Arai, L. & Rodgers, M. & Britten, N. & Roen, K. & Duffy, S. (2006). *Guidance on the conduct of narrative synthesis in systematic reviews: A product from the ESRC Methods Programme*. doi: 10.13140/2.1.1018.4643.
- Resolução nº 1 (29, janeiro, 2018). Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal De Psicologia.

- Ritter, K. Y.; Terndrup, A. I. *Handbook of Affirmative Psychotherapy with Lesbians and Gay Men*. London: Guilford Press, 2002.
- Schaller, M., & Neuberg, S.L. (2012). Danger, disease, and the nature of prejudice(s). J. Olson & M. P. Zanna (Eds.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 46, pp. 1 - 55).
- Schütz, H. & Six, B. (1996). How strong is the relationship between prejudice and discrimination? A meta-analytic answer. *International Journal of Intercultural Relations*, 20, 411-462. doi: [https://doi.org/10.1016/0147-1767\(96\)00028-4](https://doi.org/10.1016/0147-1767(96)00028-4)
- Sidman, M. (2009) *Coerção e suas implicações*. G. E. Sanchez (Ed.), M.T. Sérgio & M.A Andery (Trad.). Livro Pleno.
- Santos, M. S. B., Miesse, M. C., de Carvalho, F. A. ., Cordeiro de Queiroz, L., & Matias de Souza, V. de F. . (2021). Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. *Linhas Críticas*, 27, e35543. doi: <https://doi.org/10.26512/lc27202135543>
- Silva, M. (2008). A saúde mental e a fabricação da normalidade: uma crítica aos excessos do ideal normalizador a partir das obras de Foucault e Canguilhem. *Interação em Psicologia*, 12(1), 141-150. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v12i1.8322>
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F., 1953. *Ciência e comportamento humano*. J. C. Todorov & R. Azzi (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Skinner, B.F. (1977). *Walden II*. São Paulo: EPU, 1948.
- Talaska, C. A., Fiske, S. T. & Chaiken, S. (2008). Legitimizing racial discrimination: Emotions, not beliefs, best predict discrimination in a meta-analysis. *Social Justice Research*, 21(3), 263-396. doi: 10.1007/s11211-008-0071-2
- Weinberg, G. (1972). *Society and the Healthy Homosexual*. Nova York: Saint Martins Press.
- Zanotto, M. L. B. (2004). Subsídios da análise do comportamento para a formação de professores. In: M. M. C. Huhner & M. Mannotti (Orgs.), *Análise do comportamento para a educação: contribuições recentes*. (pp. 33-47). Santo André: ESETec Editores Associados.

### Informações do Artigo

#### Histórico do artigo:

Submetido em: 21/12/2020

Aceito em: 04/10/2021

Editor Associado: Denis Roberto Zamignani